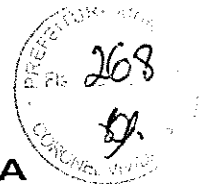




PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 113/2013

CONVITE Nº 05/2013

CONTRATO QUE FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA E A EMPRESA SUDOESTE - ELETRICA INDUSTRIAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**, com sede na Praça Angelo Mezzomo, s/nº, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.995.455/0001-56, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF sob nº 938.311.109-72 e RG sob nº 5.767.644-2, ao fim assinado, doravante designada CONTRATANTE de um lado e, de outro a empresa **SUDOESTE - ELETRICA INDUSTRIAL LTDA**, com sede na Rua Tamoio, 1800 - Trevo Guarany, na cidade de Pato Branco (85.501-070), estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 07.800.034/0001-00, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **Ivanir Bernardo Luvizão**, portador do CPF sob o nº 036.774.279-91 e RG sob o nº 861.844, ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e subsequentes alterações, ajustam o presente Contrato em decorrência do edital de Convite n.º 05/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, conforme especificações integrantes neste contrato e conforme abaixo especificado:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VL UNIT	VL TOTAL
1	2	GRAMPO PARALELO DE ALUMINIO COM PORCA (TAPITE), PRODUZIDO EM PERFIL EXTRUDADO DE ALUMINIO COM ACESSORIOS DE AÇO GALVANIZADO	NEMA	300,00	2,19	657,00
1	9	REATOR PARA LAMPADA VAPOR DE SODIO 250 WATS, TENSÃO 220 VOLTS-60HZ, ALTO FATOR DE POTENCIA, USO INTERNO, CABOS DE LIGACAO 2,5MM, 750 V PVC, CAIXA PINTADA NA COR CINZA	INTRAL	50,00	62,15	3.107,50
1	13	CONECTOR PERFURANTE 1,5 X 10MM, PRINCIPAL 10 SX 70 MM, PARA RAMAIS AEREOS E CONDUTORES ISOLADOS DE ALUMINIO E/OU COBRE.	INTELLI	150,00	4,32	648,00
Valor total					4.412,50	

Parágrafo único: No interesse da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, **poderá** haver acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos previstos, sem que disso resulte, para a contratada, direito a qualquer reclamação ou indenização.

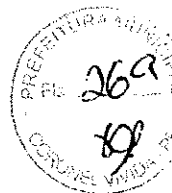
CLAUSULA SEGUNDA - PREÇO

Pelo fornecimento dos produtos, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE o valor de R\$ 4.412,50 (quatro mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), daqui por diante denominado "valor contratual".

Parágrafo primeiro: O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início até a data final da vigência do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CLAUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: O pagamento, contratado em REAL, na forma da Cláusula Segunda, será efetuado à CONTRATADA pela TESOUREARIA da CONTRATANTE, conforme Dotação Orçamentária e mediante o faturamento dos produtos.

Parágrafo segundo: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas por recursos das Dotações Orçamentárias discriminadas a seguir:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
08/01	D.O.S.U	08.001.15.752.0031.2.053	3.3.90.30	507	6325
08/01	D.O.S.U	08.001.15.752.0031.2.053	3.3.90.30	000	7037

Parágrafo terceiro: Pelo integral e satisfatório recebimento dos produtos, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE o valor referente aos produtos entregues.

Parágrafo quarto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº. 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº. 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. **destinadas à Administração Pública** direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**;

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior."

Parágrafo quinto: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº. 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

Parágrafo sexto: O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a apresentação da nota fiscal eletrônica na CONTRATANTE, desde que devidamente atestadas e aprovadas, deduzidas glosas e/ou notas de débito.

Parágrafo sétimo: No caso de ser constatadas irregularidades na documentação apresentada, a CONTRATANTE devolverá a fatura à CONTRATADA para as devidas correções. Ocorrendo esta hipótese, a documentação (fatura) será considerada como não apresentada, para efeito de atendimento às condições contratuais.

Parágrafo oitavo: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços em real estabelecidos na proposta, os quais incluem todos os custos necessários ao perfeito fornecimento dos produtos, englobando, mas não se limitando às despesas com seguros, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas e demais tributos incidentes sobre os produtos.

Parágrafo nono: Sobre os valores faturados não incidirá nenhum reajuste adicional em razão do prazo de pagamento das faturas.

Parágrafo décimo: Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria da CONTRATANTE, diretamente na conta corrente bancária em nome do fornecedor, não sendo admitida outra forma de pagamento.

Parágrafo décimo primeiro: Caso nas datas estipuladas para pagamento não tenha expediente na Prefeitura, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil que se seguir.

Parágrafo décimo segundo: Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Parágrafo primeiro: O prazo máximo para a retirada total dos itens é de 180 (cento e oitenta) dias, de 28 de junho de 2013 a 24 de dezembro de 2013; sendo que as quantidades serão retiradas de forma parcelada, conforme a necessidade, devendo a contratada proceder à entrega das quantidades solicitadas no prazo máximo de 02 (dois) dias, após o recebimento da nota de empenho.

Parágrafo segundo: Os produtos deverão ser entregues em local a ser designado pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos, no perímetro urbano do município de Coronel Vivida.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- I - garantir o fornecimento dos produtos, após a assinatura do presente contrato;
- II - assumir a responsabilidade por todas as despesas decorrentes dos produtos fornecidos;
- III - assumir a total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratual;
- IV - responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e prepostos na entrega dos produtos, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- V - conduzir a execução com estrita observância dos padrões reconhecidos de auditoria e de conformidade com os dispositivos legais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- I - efetuar pontualmente o pagamento dos valores devidos;
- II - fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos;

CLAUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

Fica expresso que a fiscalização da execução deste Contrato será exercida pela PREFEITURA.

Parágrafo primeiro: Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a PREFEITURA ou terceiros, todos os serviços contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos trabalhos, por pessoas devidamente credenciadas pela CONTRATANTE.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

Parágrafo terceiro: A ação fiscalizadora será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, as condições, qualidades e especificações previstas no Contrato, que a CONTRATADA declara conhecer nos seus expressos termos.

CLAUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO E MULTAS

Parágrafo primeiro: No caso de inexecução do Contrato ou inadimplemento de qualquer cláusula, ficará a CONTRATADA sujeita as sanções previstas na Lei nº 8666/93 e às seguintes penalidades:

I - Se a CONTRATADA recusar a cumprir os termos definidos na licitação e neste contrato, ou ainda, por qualquer motivo, o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, ser-lhe-ão aplicadas às penalidades seguintes, facultada a defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

a) DAS MULTAS:

a1 - De Mora: 1% (um por cento) por dia, sobre a parcela recebida com atraso:

a2 - Compensatória, sendo:

- em caso de inadimplência total 20%(vinte por cento) sobre o valor total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



- no caso de inadimplência parcial 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida.
- no caso de parcela entregue com atraso 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela.

b) Advertência;

c) Suspensão do direito de licitar, junto a Administração Pública, de acordo com o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o inciso IV e Parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

Parágrafo segundo: as sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem a defesa previa do interessado no respectivo processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Parágrafo terceiro: Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha do licitante na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo quarto: Os valores respectivos correspondentes a aplicação da alínea "a" que serão cumulativos, serão descontados do crédito decorrente do contrato objeto desta licitação, garantindo-se o direito a recurso na forma do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA NONA - SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA, sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos do presente Contrato e bem assim no caso da CONTRATADA se recusar ou dificultar à CONTRATANTE, a livre fiscalização dos serviços, na forma prevista na Cláusula Sétima, ou ainda no caso de paralisação dos mesmos.

CLAUSULA DECIMA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;
- d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

Parágrafo segundo: Atendido o interesse público e desde que ressarcido de todos os prejuízos, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento compatível a CONTRATADA:

- a) dos serviços corretamente executados.
- b) de outras parcelas, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: No caso da CONTRATANTE precisar recorrer à via judicial para rescindir o presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente Contrato se aplicam as seguintes disposições gerais.

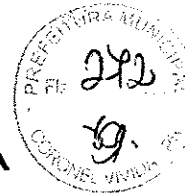
- a) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 28 de junho de 2013.

.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

.....
Ivanir Bernardo Luvizão
Sudoeste - Eletrica Industrial Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....

18. Deverá ser dado, ao servidor avaliado, pleno conhecimento do instrumento de avaliação, garantido-lhe o direito de contestação, sob pena de nulidade, no prazo de 15 dias, a contar da data de avaliação.

19. Quando o servidor a ser avaliado for hierarquicamente ligado ao Presidente do Poder Legislativo, esse deverá ser avaliado pelo Presidente da Câmara Municipal, a vista da existência de vagas e das necessidades internas.

20. Caso seja necessário, a Comissão de Avaliação e Desempenho criará normas complementares, que garantam a organização e a representação dos servidores.

ANEXO V

REGULAMENTO GERAL DE CONCURSO PÚBLICO

1. Os concursos para provimento dos cargos públicos da Câmara Municipal de Pato Branco serão autorizados pelo próprio Presidente da Câmara Municipal, a vista da existência de vagas e das necessidades internas.

2. O concurso será em caráter de caráter, o Presidente da Câmara Municipal determinará a extinção de Pato Branco, autorizando a abertura do respectivo concurso.

3. Autorizado o concurso, o Departamento Administrativo ou empresa contratada, expedirá Edital, que será assinado pelo Presidente da Câmara Municipal, com prazo de, no mínimo, 15 (quinze) dias para as inscrições, contados da data de publicação no órgão oficial do Município, o qual também será divulgado via internet e pela imprensa local.

3.1. As provas dos concursos públicos, não poderão ser realizadas antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições.

4. O Edital deverá conter:

4.1. a denominação dos cargos a serem providos, o respectivo número de vagas, carga horária semanal e piso salarial (salário mínimo).

4.2. o prazo e o local para a inscrição.

4.3. os documentos que o candidato habilitado deverá apresentar em caso de nomeação, por ocasião de posse.

4.4. a modalidade das provas, bem como as matérias e programas sobre os quais as mesmas irão versar.

4.5. os prazos e as notas mínimas de aprovação em cada matéria e a média final de aprovação.

5. Os concursos serão de provas ou de provas e títulos.

6. O prazo de validade do concurso será de até 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação, podendo o termo da validade ser prorrogado por uma vez por igual prazo.

7. Quando houver candidato aprovado e classificado e não convocado para preencher a vaga em determinado cargo, a Prefeitura Municipal de Pato Branco poderá convocar para provimento do mesmo cargo, salvo quando expirado o prazo de validade do concurso que habilita o candidato, ou, houver desistência dos candidatos remanescentes.

7.1. A aprovação do concurso público implicará na nomeação dos candidatos aprovados, dentro do prazo de validade do concurso, no prazo de validade do concurso.

7.2. A nomeação obedecerá ordem de classificação dos candidatos aprovados por cargo e será efetuada na medida das necessidades do Poder Executivo Municipal.

7.3. Poderão ser investidos nos cargos públicos do quadro funcional da Câmara Municipal de Pato Branco os candidatos habilitados que preencherem os seguintes requisitos:

7.3.1. ser brasileiro nato ou naturalizado;

7.3.2. estar quito com as obrigações militares e eleitorais;

7.3.3. ter, na data de posse, 18 (dezoito) anos completos;

7.3.4. apresentar, na data de posse, os documentos que atendam os requisitos para o provimento do cargo.

8. A inscrição deverá ser efetuada em formulário específico, na forma e condições estabelecidas no Edital.

9. No ato de inscrição o candidato deverá indicar o cargo que pretende concorrer.

10. Para formalizar a inscrição, o candidato deverá efetuar o recolhimento da Taxa de Inscrição, cujo valor será estipulado no Edital.

11. Estarão isentos do pagamento da Taxa de Inscrição os desempregados e carentes, nos termos da Lei Municipal nº 2.334, de 16 de dezembro de 2003 e Decreto nº 5.680 de 28 de junho de 2010.

12. Estarão isentos do pagamento da Taxa de Inscrição os doadores de sangue, nos termos da Lei Municipal nº 2.336, de 16 de dezembro de 2009.

13. Caberá ao Presidente da Câmara Municipal, através de Portaria, determinar o valor da Taxa de Inscrição para cada um dos cargos constantes no Concurso Público.

14. Os valores relativos às Taxas de Inscrição serão recolhidos em conta específica em nome do Município de Pato Branco.

15. O Presidente da Câmara Municipal poderá contratar empresa especializada para execução de Concurso Público.

16. O Presidente da Câmara Municipal designará por Portaria para cada concurso, uma Comissão Organizadora do Concurso, composta por, pelo menos, de 3 (três) membros integrantes do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal, dos quais um será o Presidente.

17. O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso poderá tomar as medidas cabíveis necessárias, visando a conclusão do mesmo.

18. O candidato contratado de empresa para realizar o concurso, as atribuições conferidas à Comissão Organizadora do Concurso, transferem-se à comissão.

19. O candidato deverá comparecer ao local das provas com o antecedente previsto no Edital, munido de cartão de identificação e documento oficial de identidade, com foto.

20. Será eliminado o candidato que:

20.1. comparecer ou apresentar-se às provas após o horário designado no Edital;

20.2. se recusar a fazer qualquer prova;

20.3. se retirar do recinto, sem autorização dos fiscais de provas;

20.4. se recusar ou tentar comunicar-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, por qualquer meio, durante as provas.

21. Nenhuma identificação pessoal poderá constar nos gabaritos de correção das provas, exceto a senha ou número que serão fornecidos ao candidato.

22. A duração de cada prova constará no Edital.

22.1. A prova prática, quando necessária, terá caráter apenas eliminatório.

23. Fim do tempo concedido para a solução dos questões, as provas serão recolhidas pela Comissão Organizadora ou pela empresa contratada, a qual terá no máximo 20 (vinte) dias de prazo, para a correção e pagamento.

24. O candidato que não obtiver pontuação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total das questões será considerado eliminado, em qualquer das provas.

24.1. Cada matéria corresponde a uma prova em separado.

24.2. Quando o concurso for de provas e títulos, a prova corresponderá a 80% (oitenta por cento) da nota final e os títulos corresponderão a 20% (vinte por cento) da nota final.

25.1. A descrição dos títulos será estabelecida no Edital e serão considerados exclusivamente para efeito de classificação.

25.2. O Edital determinará os pesos dos títulos que serão considerados.

26. Em caso de candidatos empatados com a mesma nota final, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

26.1. candidato mais velho;

26.2. maior nota na prova escrita;

26.3. maior nota na prova de títulos;

26.4. maior prova.

27. Recursos interpostos em qualquer fase do concurso serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora ou empresa contratada em primeira instância e, pelo Presidente da Câmara, em segunda e última instância, no prazo previsto no Edital.

28. A classificação final será feita segundo critérios estabelecidos no Edital.

29. O Edital de Homologação dos candidatos aprovados será feito em ordem decrescente das notas finais e publicado em até 30 (trinta) dias após a realização da última prova.

30. O chamamento para nomeação dos candidatos será feito pela ordem de classificação, de acordo com o Edital de Homologação do concurso.

31. Vencidos os prazos dos recursos ou decididos estes, a Comissão Organizadora ou a Empresa contratada, elaborará relatório final, do qual deverá constar:

31.1. histórico do processamento do concurso;

31.2. ocorrências verificadas;

31.3. recursos interpostos e respectivas decisões;

31.4. o parecer sobre a regularidade das diversas fases do concurso e sobre como um todo, opinando sobre a homologação ou anulação do concurso.

32. A vista do relatório, estando o concurso em ordem, será o mesmo homologado pelo Presidente da Câmara Municipal e publicado em órgão de imprensa oficial do município, mediante despacho fundamentado, que será publicado dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação do relatório da Comissão Organizadora ou pela Empresa contratada.

33. O candidato aprovado, após o ato de nomeação, terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para assumir o cargo, aquele que não o fizer, perderá o direito à vaga.

33.1. O candidato aprovado que não desistir tomar posse do cargo, poderá assinar por escrito, por uma única vez, a inclusão de seu nome no final de lista dos aprovados, caso em que somente será chamado, após a nomeação dos demais aprovados.

34. Quando chamado para tomar posse, o candidato deverá apresentar os originais dos documentos pessoais e daqueles utilizados para pontuação da prova de títulos, conforme previsto no edital, além do disposto no inciso 10 e 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993.

34.1. Em caso de não apresentação dos documentos exigidos, mesmo que aprovado em concurso público, o candidato será automaticamente eliminado.

35. O Presidente da Câmara Municipal poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o concurso, por razões de segurança ou interesse público, mediante a devolução do valor das inscrições.

36. Os casos omissos deste regulamento serão decididos pela Comissão Organizadora do Concurso Público.

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ

Extrato do Contrato nº 54/2013, de 28 de junho de 2013. Partes: Câmara Municipal de Pato Branco e a Editora Juriti Ltda, Objeto: contratação de empresa jornalística, com a finalidade de publicar os atos oficiais da Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná. Valor: R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), por centímetro coluna. Pagamento: mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/fatura. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Inexigibilidade: Inviabilidade de competição, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, em razão de que no Município de Pato Branco existe atualmente sediada uma única empresa jornalística em atividade. Justificativa: Art. 61 da L.O.M; Lei Municipal nº 1.223, de 17 de junho de 1993 e suas alterações. Foro: Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná. Pato Branco, 28 de junho de 2013. Valmir Tasca - Presidente, André Gustavo Guarienti de Almeida Ferreira - Editora Juriti Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS

Contrato nº 111/2013 - Convite nº 05/2013 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR - Contratada: ENERG COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.172.091/0001-81. Objeto: fornecimento de material elétrico para iluminação pública. Valor total de R\$ 59.813,36 (cinquenta e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e seis centavos). Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Coronel Vivida, 28 de junho de 2013.

Frank Ariel Schiavini,
Prefeito Municipal.

Contrato nº 112/2013 - Convite nº 05/2013 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR - Contratada: COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE CHOPINZINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.232/0001-99. Objeto: fornecimento de material elétrico para iluminação pública. Valor total de R\$ 8.490,00 (oito mil e quatrocentos e noventa reais). Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Coronel Vivida, 28 de junho de 2013.

Frank Ariel Schiavini,
Prefeito Municipal.

Contrato nº 113/2013 - Convite nº 05/2013 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR - Contratada: SUDOESTE - ELÉTRICA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.800.034/0001-00. Objeto: fornecimento de material elétrico para iluminação pública. Valor total de R\$ 4.412,50 (quatro mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Coronel Vivida, 28 de junho de 2013.

Frank Ariel Schiavini,
Prefeito Municipal.

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas Marco de 2013 - Anexo 01, da Lei 4.320/64 - Anexo 01, da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes			Despesas Correntes PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES
			61.118,00 13.127,41
Deficit		74.255,50	74.255,50
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		74.255,50	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50
Totais		74.255,50	Deficit Orçamento Corrente
			74.255,50
			Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Demonstração da Despesa Segundo as Categorias Econômicas Marco de 2013 - Anexo 2, da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Demonstração da Despesa Segundo as Categorias Econômicas Marco de 2013 - Anexo 2, da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Programa de Trabalho Marco de 2013 - Anexo 6, da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Balanco Patrimonial Anexo 14 da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Balanco Patrimonial Anexo 14 da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Balanco Patrimonial Anexo 14 da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Balanco Patrimonial Anexo 14 da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Estado do Paraná Câmara Municipal de Saúde do Iguaçu		Balanco Patrimonial Anexo 14 da Lei 4.320/64	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL		Receita	Despesa
Receitas Correntes		0,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		-	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária		-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Deficit		74.255,50	
Totais		74.255,50	Totais
			74.255,50

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Segunda-feira, 01 de Julho de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0376

Página 147/144

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2013

Despacho do Prefeito Municipal
Processo Licitatório nº 128/2013, RATIFICO, nos termos do art. 24, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Gregolin, Advogada deste Município, que declarou dispensável a licitação nos termos do inciso II, do art. 24, do diploma legal invocado, para a contratação de empresa especializada para instalação e atualização mensal de Software para Controle de Frotas para a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida. Empresa contratada: BOEING & ROCHA LTDA EPP, sob CNPJ nº 05.408.668/0001-57, valor total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). Publique-se, Coronel Vivida, 27 de Junho de 2013. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº 110/2013 – Dispensa de Licitação nº 13/2013–Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR–Contratada: Boeing & Rocha Ltda EPP. Objeto: fornecimento de licença de uso de software por prazo determinado do sistema de Controle de Frotas. Valor total R\$ 3.600,00. Prazo de licença: 12 (doze) meses. Data: 27.06.2013. Frank Ariel Schiavini – Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATOS

Contrato nº 111/2013 – Convite nº 05/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR–Contratada: ENERGO COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.172.091/0001-81. Objeto: fornecimento de material elétrico para iluminação pública. Valor total de R\$ 59.813,36 (cinquenta e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e seis centavos). Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Coronel Vivida, 28 de junho de 2013. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Contrato nº 112/2013 – Convite nº 05/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR–Contratada: COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE CHOPINZINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.232/0001-99. Objeto: fornecimento de material elétrico para iluminação pública. Valor total de R\$ 8.490,00 (oito mil e quatrocentos e noventa reais). Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Coronel Vivida, 28 de junho de 2013. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Contrato nº 113/2013 – Convite nº 05/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida/PR–Contratada: SUDOESTE – ELETRICA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.800.034/0001-00. Objeto: fornecimento de material elétrico para iluminação pública. Valor total de R\$ 4.412,50 (quatro mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Coronel Vivida, 28 de junho de 2013. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

CRUZEIRO DO IGUAÇU

PREFEITURA

LEI Nº 945/2013

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município de Cruzeiro do Iguaçu para o exercício financeiro de 2014, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CRUZEIRO DO IGUAÇU–ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º–Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração e execução do Orçamento Programa do Município de Cruzeiro do Iguaçu, relativo ao Exercício Financeiro de 2014. Art. 2º–A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I–fornecida pelos órgãos competentes, quanto as transferências legais da União e do Estado;

II–projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º–Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º–As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º–O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º–A reserva de contingência não será inferior a 0,2% (zero dois por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º–A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º–A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º–Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º–Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e

máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III–as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV–as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25;

V – o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25.

Art. 9º Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10–Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º–O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

§ 2º–Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2013, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11–As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2014, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes do Anexo I desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária, a inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12–Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I–quanto a natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso sendo que o controle a nível de elemento e subelemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente;

II–quanto a classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;

§ 1º–A critério do Executivo Municipal poderá o orçamento ser elaborado em nível de detalhamento menor, quanto a natureza de despesa, que o de modalidade de aplicação.

§ 2º–Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso.

§ 3º–A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I – da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II–da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III–do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV – outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13–As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14–São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I – que não sejam compatíveis com esta Lei;

II – que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida, pagamento de precatórios, obrigações tributárias e contributivas e os recursos destinados a manutenção mínima dos órgãos, unidades e atividades da administração.

Art. 15–Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16–A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17–Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2014 por duas autoridades locais.

Art. 18–É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios, contribuições ou subvenções para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I–voltadas para ações de saúde e assistência social de atendimento direto e gratuito ao público;

II–de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino básico ou especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais de educação